

Diário do Legislativo de 03/09/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 67ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Comissão

3 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 1º/9/2010

Presidência dos Deputados Doutor Viana, João Leite e Fábio Avelar

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 4.880 a 4.882/2010 - Requerimentos nºs 6.607 a 6.611/2010 - Comunicações: Comunicações das Comissões de Segurança Pública e de Saúde e dos Deputados Hely Tarquínio e Dalmo Ribeiro Silva - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Eros Biondini, Carlos Mosconi e Padre João - Registro de presença - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Acordo de Líderes; Decisão da Presidência - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.640/2010; aprovação; declaração de voto - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Sargento Rodrigues - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Braulio Braz - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Délio Malheiros - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Sebastião Costa - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Chico Uejo, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.880/2010

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Mãe do Peregrino, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária Mãe do Peregrino, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 1º de setembro de 2010.

Carlos Pimenta

Justificação: A Associação Comunitária Mãe do Peregrino, com sede no Município de Montes Claros, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que tem por finalidade "acolher e dar assistência a pessoas carentes e a quantos necessitarem de seus serviços, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, ou de outra natureza, que estão de passagem por Montes Claros, acompanhando pacientes que estão em tratamento médico-hospitalar, mediante prévia triagem" (art. 2º do Estatuto), ressaltando que a Associação tem prazo indeterminado de duração (art. 1º do Estatuto).

A Associação Comunitária Mãe do Peregrino foi fundada em 11/10/2006, e encontra-se em pleno e regular funcionamento a partir dessa data, cumprindo suas finalidades estatutárias e sociais, como atesta o Promotor de Justiça, Ernani Freire Cardoso. A instituição não remunera, sob nenhuma forma, os cargos de sua diretoria e do conselho fiscal, os quais são exercidos voluntariamente pelos seus membros (Parágrafo 1º do Capítulo IV do Estatuto).

Em caso de dissolução ou liquidação da entidade, a parte remanescente do patrimônio deverá ser aplicada em outra associação, juridicamente constituída, congênere com a associação extinta, e as rendas apuradas reverterão para atividades beneficentes e gratuitas da associação (art. 38 do Capítulo VII do Estatuto).

Peço, pois, aos meus nobres Pares a aprovação do presente projeto, uma vez que são atendidos os requisitos da Lei nº 12.972, de 27/7/98.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 4.881/2010

Declara de utilidade pública a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Buritis - Aciab -, com sede nesse Município.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Buritis - Aciab -, com sede nesse Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 1º de setembro de 2010.

Gustavo Corrêa

Justificação: Diante dos relevantes serviços prestados pela Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Buritis - Aciab -, com sede nesse Município, e do comprometimento com suas finalidades estatutárias, buscamos declará-la de utilidade pública. Esse gesto permitirá que a entidade se torne apta a realizar projetos para o desenvolvimento de suas atividades.

Tendo em vista o importante trabalho realizado por essa instituição, por certo terá reconhecimento dos nobres colegas, que se empenharão na aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Turismo, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.882/2010

Declara de utilidade pública o Centro Comunitário de Desenvolvimento Humano, Profissional e Social - CCDHPS -, com sede no Município de Sabará.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Centro Comunitário de Desenvolvimento Humano, Profissional e Social – CCDHPS -, com sede no Município de Sabará.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 1º de setembro de 2010.

Wander Borges

Justificação: A Constituição da República e a Lei Federal nº 8.742, de 7/12/93, definem a assistência social como uma política voltada para a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, o amparo às crianças e adolescentes carentes e a integração no mercado de trabalho e a reabilitação das pessoas com deficiência. Configura-se como política não contributiva, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade e pautada pelos princípios da universalidade da cobertura e do atendimento, da seletividade e da distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

A assistência social possui interface com diversas políticas públicas, envolvendo ações de entidades públicas e privadas que visem contribuir para a redução dos altos graus de desigualdade social com que o País convive.

Em 20/12/2004, pela necessidade da redução dessa desigualdade, fundou-se o Centro Comunitário de Desenvolvimento Humano, Profissional e Social, cuja constituição legal foi efetivada em 7/1/2005, configurando uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza beneficente e voltada para a promoção social.

A entidade tem as seguintes finalidades estatutárias: reivindicar melhoramentos para o a comunidade, defender os direitos e organizar os moradores do Bairro N. Sra. de Fátima, implantar e acompanhar programas de promoção humana, combater a fome e a pobreza, desenvolver ações culturais e educacionais, ministrar cursos profissionalizantes e manter centros de treinamento e clínica odontológica.

Como visto, ela presta relevantes serviços à comunidade, uma vez que desenvolve ações que visam atender às crescentes demandas das pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, tendo como propósito contribuir para seu desenvolvimento humano e promover sua inclusão social.

Diante do exposto, pacífico é o fato de que a associação busca a construção de uma sociedade mais democrática, respaldada em uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social e a universalização dos direitos sociais, culturais, educacionais, civis e políticos.

Por estarem cumpridos todos os requisitos legais, contamos com o apoio desta Casa para o reconhecimento do nobre trabalho desenvolvido pela entidade.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 6.607/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Associação dos Moradores do Bairro da Chácara pelo segundo ano de sua constituição.

Nº 6.608/2010, do Deputado Wander Borges, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Associação Comunitária do Bairro Córrego da Ilha e Adjacentes pelos 23 anos de sua constituição. (- Distribuídos à Comissão do Trabalho.)

Nº 6.609/2010, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de informações sobre os seguintes quesitos relativos a veículos de transporte coletivo de passageiros: critérios para dispensa de trocadores; relação das linhas que não têm trocadores; reflexos da falta de trocadores sobre o trabalho dos motoristas e riscos daí provenientes, inclusive quanto a elevadores de embarque para uso de cidadãos com necessidades especiais; porcentagem de pagantes (passageiros sem cartão magnético).

Nº 6.610/2010, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de informações sobre: a exoneração de Agentes Socioeducativos e Penitenciários contratados, em desrespeito ao que preceitua a Lei nº 18.185, de 4/6/2009, no que tange ao prazo de aviso previsto no art. 13, II, e ao pagamento de verbas rescisórias; a discriminação na realização dos psicotécnicos nos cursos de requalificação dos Agentes; o descumprimento dos repasses previdenciários, em desconformidade com o art. 14 da Lei nº 18.185, de 2009; a falta de fornecimento das carteiras funcionais aos Agentes Penitenciários e Socioeducativos contratados, o que dificulta o trabalho de escolta; o descumprimento dos direitos constitucionais dos servidores, conforme previsto no art. 39 da Constituição Federal, especificamente a inobservância do adicional noturno e da jornada de trabalho. (- Distribuídos à Mesa da Assembleia.)

Nº 6.611/2010, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Defesa Social pedido de providências para a apuração das seguintes situações: denúncia de favorecimento em reconvocação para exames psicotécnicos; condições de trabalho precárias dos Agentes Socioeducativos e Penitenciários; falta de treinamento para o exercício da função; falta de esclarecimentos a respeito da aplicação das verbas referentes aos repasses do Fundo Penitenciário; assédio moral a que são submetidos os servidores; descumprimento da Lei nº 18.185, de 2009, com rescisão de contratos sem justificativa, sem atentar para a obrigatoriedade do prazo de 30 dias de antecedência e sem respeitar o devido processo legal, quando cabível, e falta de critérios objetivos para a rescisão dos contratos, demonstrando clara distinção e discriminação em desfavor de determinados servidores; condições precárias das unidades, especialmente as do interior, com falta de efetivo, viaturas e equipamento de segurança individual; inviabilização da inserção dos servidores no programa de qualificação do Pronasci.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Segurança Pública e de Saúde e dos Deputados Hely Tarquínio e Dalmo Ribeiro Silva.

Oradores Inscritos

- O Deputado Eros Biondini profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Fábio Avelar) - Com a palavra, o Deputado Carlos Mosconi.

- Os Deputados Carlos Mosconi e Padre João proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, nas galerias, de alunos da Escola Estadual Deputado Ilacyr Pereira de Lima, que nos visitam. Obrigado.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foi recebido e aprovado, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, o Requerimento nº 6.611/2010, da Comissão de Administração Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Segurança Pública - aprovação, na 23ª Reunião Ordinária, em 31/8/2010, do Projeto de Lei nº 4.235/2010, do Deputado Sargento Rodrigues, com a Emenda nº 1, e dos Requerimentos nºs 6.586, 6.587 e 6.589/2010, do Deputado Carlin Moura; e de Saúde - aprovação, na 16ª Reunião Ordinária, em 1º/9/2010, dos Requerimentos nºs 6.588/2010, do Deputado Carlin Moura, e 6.593/2010, da Comissão de Participação Popular (Ciente. Publique-se.).

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os vetos à Proposição de Lei Complementar nº 120 e à Proposição de Lei nº 19.958, apreciados na extraordinária realizada hoje, pela manhã.

ACORDO DE LÍDERES

A totalidade dos Líderes com assento nesta Casa deliberam seja retirado da pauta das reuniões de hoje o Projeto de Lei nº 4.489/2010.

Sala das Reuniões, 1º de setembro de 2010.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência acolhe o Acordo e determina o seu cumprimento.

Mesa da Assembleia, 1º de setembro de 2010.

Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.640/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, no valor de R\$241.149.195,97, em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Continua em discussão o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Antônio Júlio, que ainda dispõe de 49 minutos e 50 segundos para o seu pronunciamento. Na sua ausência, com a palavra, o Deputado Sargento Rodrigues. Na sua ausência e não havendo outros oradores inscritos, encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputados e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Declaração de Voto

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, votamos favoravelmente a essa suplementação porque entendemos que ela é também de fundamental importância para o Tribunal de Justiça como um todo, sobretudo para os servidores, de forma que o Presidente possa honrar os compromissos com todos os servidores e não fiquem em prejuízo trabalhadores e trabalhadoras da Justiça. Qual é a nossa grande expectativa? É que haja empenho do Desembargador Cláudio Costa e se avance nessa reunião que está prevista para amanhã com os três sindicatos que representam os servidores do TJ. E que se avance em uma outra reunião previamente marcada para a próxima semana. A reunião de amanhã será mais técnica, discutirá todas as reivindicações da pauta. A nossa esperança, o nosso entendimento é que na semana que vem o próprio Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cláudio Costa, esteja sentado com os três sindicatos. É a maneira mais sensata de ir construindo. Por quê? O responsável por qualquer Poder, seja o Legislativo, seja o Executivo, tem de garantir o diálogo permanente com os servidores. O que

seria da Assembleia Legislativa se não tivesse um relacionamento com os servidores para garantir não somente justa remuneração, mas também condições de trabalho dignas? Assim também com o Executivo. Então, nada demais. Na verdade, foi uma solicitação desta Casa, um pedido deste Deputado ao Desembargador Cláudio Costa de receber os servidores para ouvi-los. O Desembargador assumiu, há cerca de três meses, a Presidência do TJ, mas acho que, tão logo tivesse assumido a Presidência, poderia ele mesmo ter convidado os sindicatos para a abertura de uma construção permanente. O que é o TJ sem os servidores? Não funciona. Os mandados tem de ser cumpridos e as diligências devem ser feitas. Qual a vara que estará funcionando sem ter os servidores? Por isso, respeito a dedicação e essa busca de entendimento para a garantia de que não só estejam trabalhando, mas também felizes. Acho que o que suaviza muito o trabalho é de fato a alegria em poder prestar o serviço. Isso tem de ser construído no dia a dia. Que bom que a Assembleia Legislativa, mais uma vez, conseguiu contribuir, mesmo sendo um outro Poder, mas contribuiu com o Poder Judiciário por meio desse entendimento do Presidente com todos os servidores. Esperamos que a reunião de amanhã seja bem produtiva. Que seja montada uma pauta de reivindicações, com cumprimento de questões já definidas e entendimento com relação aos Projetos nºs 3.797/2009 e 4.631/2010. Precisamos avançar. Dessa forma, não só a Casa, mas todos teremos tranquilidade, sobretudo os principais demandantes, que são todos os servidores do TJ. Essas são as minhas considerações, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exa. pela paciência conosco. Obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência encerra, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, a discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.413/2010 e, em 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.238, 3.277 e 3.642/2009, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões; informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao Projeto de Lei nº 4.413/2010 uma emenda do Deputado Padre João, que recebeu o nº 2, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, para parecer.

- O teor da emenda apresentada é o seguinte:

Emenda nº 2 ao projeto de lei nº 4.413/2010

Acrescente-se onde convier:

"Art. ... - O contrato de formalização da operação de crédito de que trata o art. 1º será enviado à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia Legislativa até trinta dias após sua assinatura."

Sala das Reuniões, 1º de setembro de 2010.

Padre João

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária de amanhã, dia 2, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

Ata da 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 18/8/2010

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ademir Lucas, Lafayette de Andrada e João Leite (substituindo o Deputado Braulio Braz, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ademir Lucas, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 4.642, 4.668, 4.702, 4.500 e 4.532/2010 e Projetos de Resolução nºs 3.928 e 3.970/2009 (Deputado Lafayette de Andrada); Projetos de Lei nºs 4.540, 4.552, 4.586, 4.594, 4.614 e 4.627/2010 (Deputado João Leite). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.642, 4.668 e 4.702/2010 e dos Projetos de Resolução nºs 3.928 e 3.970/2009. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.500, 4.532, 4.540, 4.552, 4.586, 4.594, 4.614 e 4.627/2010, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2010.

Braulio Braz, Presidente - Ana Maria Resende - João Leite.

Ata da 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 18/8/2010

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis (substituindo o Deputado Antônio Carlos Arantes, por indicação da Liderança do BPS) e os Deputados Carlos Gomes e Agostinho Patrus Filho (substituindo o Deputado Fábio Avelar, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Gomes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Agostinho Patrus Filho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Carlos Gomes em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a importância da reativação dos trens de passageiros e turísticos entre os Municípios de Belo Horizonte, Ibirité, Sarzedo, Mário Campos, Brumadinho, Moeda, Jeceaba, Belo Vale, Congonhas e Conselheiro Lafaiete para o desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e da região integrante da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba e a ampliação das ações turísticas e culturais nessas regiões. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2010.

Eros Biondini, Presidente - Doutor Rinaldo Valério - Antônio Genaro.

Ata da 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 24/8/2010

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência publicada no "Diário do Legislativo" em 19/8/2010: ofícios da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento; dos Srs. Robson Lucas da Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Defesa Social; Wagner Eustaquio de Souza, Superintendente de Articulação e Descentralização de Políticas Antidrogas da Secretaria de Esportes e da Juventude (3); e Eduardo Antonio Carvalho, Prefeito Municipal de Varginha. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Tenente Lúcio e João Leite, em que solicitam sejam ouvidas a Delegada Maria da Conceição Sampaio e mulheres vítimas de violência ocorrida no Bairro Industrial, no Município de Contagem; e do Deputado Carlin Moura, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Defesa Social, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e ao Chefe da Polícia Civil pedido de providência para minimizar a violência, especialmente contra mulheres, no Bairro Industrial. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2010.

João Leite, Presidente - Tenente Lúcio - Maria Tereza Lara.

Ata da 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 25/8/2010

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Fahim Sawan, Antônio Genaro e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Gil Pereira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Vanderlei Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofícios dos Srs. José Sarney, Senador, informando que o Ofício nº 1.001/2010/SGM foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Pablo Saavedra Alessandri, Secretário da Corte Interamericana de Direitos Humanos, acusando o recebimento de cópia de peças do processo de indenização aos herdeiros dos proprietários das terras desapropriadas para a implantação da Cidade Industrial, em Contagem; Paulo Emílio Gonçalves, Gerente Regional de Assistência Social Centro-Sul da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, convidando para reunião ampliada da Comissão Local de Assistência Social - Clas -, em 25/8/2010; e da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" de 19/8/2010: ofícios dos Srs. Cezar Luís Rangel Coutinho, Procurador da Justiça Militar e Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público; Alysso Paixão de Oliveira Alves, Superintendente Regional do Trabalho e Emprego; e José Venâncio de Miranda Neto, Juiz de Direito da Comarca de Caratinga. O Presidente registra a presença dos Srs. Denilson Dorneles, Coordenador do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Transporte de Passageiros Urbano, Semiurbano, Metropolitano, Rodoviário, Intermunicipal, Interestadual, Internacional, Fretamento, Turismo e Escolar de Belo Horizonte e Região Metropolitana - STTRBH -; Geraldo Mascarenhas Machado, Diretor do Departamento Trabalhista da Federação dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários do Estado de Minas Gerais - Fettrominas -; Jorge Alves Vianna, Diretor da Associação Gestora de Benefícios Rodoviários de Minas Gerais - Astromig -; Roberto Auad, Presidente do Sindicato dos Advogados de Minas Gerais - Sinad-MG -; William dos Santos, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG; Vinícius Marcus Nonato da Silva, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG; e Bruno Reis de Figueiredo, Presidente da Comissão Especial de Direito Sindical da OAB-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência esclarece que os convidados irão tratar de possíveis violações de direitos humanos decorrentes do não cumprimento das normas da convenção coletiva de trabalho por parte do sindicato patronal e de algumas empresas de transporte coletivo urbano de Belo Horizonte e da Região Metropolitana. O Deputado Durval Ângelo, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (13), em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para tratar do assunto objeto desta reunião, com a presença dos mesmos convidados; seja realizada reunião de audiência pública para discutir o assassinato de Wayne do Carmo Braga, de que é acusado o Cb. PM Ezequiel Pinheiro Ramos; seja realizado debate público para discutir o Plano de Ações Integradas para a Prevenção e o Combate à Tortura no Brasil e a assinatura do correspondente termo de adesão pelo Poder Executivo Estadual; seja encaminhado aos Comandantes-Gerais da PMMG e do Corpo de Bombeiros Militar pedido de providências para se realizar varredura na Lagoa da Mina, em Conceição do Pará, a fim de buscar corpos de desaparecidos; seja encaminhada aos órgãos que mencionam cópia das notas taquigráficas da reunião extraordinária da Comissão em 17/8/2010; seja encaminhada ao Cap. PM Francisco Euzébio da Silva, da 13ª Cia. Independente da PMMG, cópia das notas taquigráficas das reuniões extraordinárias da Comissão em 28/6/2010 e 17/8/2010; seja encaminhado ao Comandante-Geral da PMMG pedido de providências para a transferência do Maj. PM Pedro Ivo Vargas, lotado na 109ª Cia. Independente, por ter feito declarações públicas inadequadas e comprometedoras da apuração de denúncias contra policiais militares em Conceição do Pará; seja encaminhado à Ouvidoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT -, ao Ministro Chefe da Controladoria da União e ao Ministro dos Transportes pedido de providências para a apuração de denúncia relativa à aplicação irregular de multas administrativas a funcionários de empresas de transporte coletivo na Região Metropolitana de Belo Horizonte e em todo o Estado, encaminhando-se também cópia das notas taquigráficas desta reunião; seja encaminhado ao Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte - Setrabh - e ao Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitano - Sintram - pedido de providências para o cumprimento das normas da convenção coletiva de trabalho firmada pelas empresas de transporte de passageiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte, especificamente quanto ao plano de saúde, encaminhando-se também cópia das notas taquigráficas desta reunião; seja encaminhada ao STTRBH, à Fettrominas, à Nova Central dos Trabalhadores de Minas Gerais - NCST-MG -, ao Sindicato dos Advogados do Estado de Minas Gerais - Sinad-MG -, à Comissão Especial de Direito Sindical da OAB-MG, à Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG e à Associação Gestora de Benefícios Sociais dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários cópia das notas taquigráficas desta reunião; seja encaminhado à Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região e ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região pedido de providências para a averiguação de possível desrespeito a normas da convenção coletiva de trabalho por parte das empresas de transporte de passageiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte, do Setrabh e do Sintram, especialmente quanto ao plano de saúde, encaminhando-se também cópia das notas taquigráficas desta reunião; seja encaminhado à BHTRANS e ao DER-MG pedido de informações relativas à dispensa de trocadores em linhas de transporte coletivo de passageiros e aos riscos dela provenientes, encaminhando-se também cópias das notas taquigráficas desta reunião, e pedido de providências para a averiguação de possível desrespeito a normas da convenção coletiva de trabalho por parte das empresas de transporte de passageiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte, do Setrabh e do Sintram, no que diz respeito ao plano de saúde; e seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público - CAO-PP - pedido de providências para a averiguação de denúncia relativas a irregularidades em compra de empresas e a processo de cartelização no transporte coletivo de passageiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte, encaminhando-se também cópia das notas taquigráficas da 19ª Reunião Ordinária da Comissão; e Vanderlei Miranda, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG, ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça - CAO - da Infância e da Juventude, ao Juizado da Infância e da Juventude, ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Conselho Tutelar Centro-Sul e à Divisão de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente - Dopcad-MG - pedido de providências contra atos infracionais que vêm sendo praticados por crianças e adolescentes, encaminhando-se também cópia de relatório relativo a tais atos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2010.

Durval Ângelo, Presidente - Fahim Sawan - Vanderlei Miranda.

Ata da 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 25/8/2010

Às 10h3min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Adelmo Carneiro Leão, Agostinho Patrus Filho, Inácio Franco e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios do Sr. Euvaldo M. Bittencourt Junior, Coordenador-Geral de Convênios da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e das Sras. Rosani A. Araújo, Coordenadora de Logística e Execução do Ministério da Ciência e Tecnologia (2), e Luci Rodrigues Espeschit, Superintendente Regional do Inbra (19/8/2010); do Sr. Darly Alves de Souza, Vereador da Câmara Municipal de Governador Valadares, e da Sra. Júnia Cristina França Santos Egídio, Coordenadora-Geral de Convênios do Ministério do Turismo (20/8/2010). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 4.413/2010 é retirado de pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição, no 1º turno, da Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 4.489/2010 (relator: Deputado Agostinho Patrus Filho). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2010.

Zé Maia, Presidente - Lafayette de Andrada - Antônio Júlio - Gustavo Valadares - Tiago Ulisses.

Ata da 22ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 25/8/2010

Às 15h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ademir Lucas, Doutor Ronaldo e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ademir Lucas, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Luzia Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, publicado no "Diário do Legislativo" de 20/8/2010. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 6.573/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Wander Borges em que solicita seja realizada audiência pública destinada a debater o projeto Quarta Pelotização, que prevê a construção de mineroduto, de concentrador e de nova usina da Samarco Mineração; Alencar da Silveira Jr. em que solicita sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 21ª Reunião Ordinária desta Comissão ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte e ao Procurador-Geral de Justiça para conhecimento e providências cabíveis; e Sargento Rodrigues em que pleiteia seja encaminhado pedido de providências ao Prefeito Municipal de Divinópolis solicitando empenho para que seja concedida aos Oficiais de Justiça estaduais e federais isenção de tarifa para uso dos locais de estacionamento rotativo desse Município. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2010.

Ademir Lucas, Presidente - Wander Borges - Doutor Ronaldo.

ORDEM DO DIA

Ordem do Dia da 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 8/9/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 10/9/2010, as seguintes comunicações:

Do Deputado Hely Tarquínio, notificando o falecimento do Sr. Jaimir Rodrigues Braga, em 30/8/2010, em Patos de Minas. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, notificando o falecimento do Sr. Geraldo Garcia Franco, ocorrido em 31/8/2010, em São João da Mata. (- Ciente. Oficie-se.)

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 30/8/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Gláucia Brandão

exonerando Ramon Raimundo Romagnoli Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Tatiana Matos Martins de Brito Romagnoli para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.